

BREVE HISTÓRICO DA A.G.B.

Eliseu Savério Sposito *

A criação da Universidade de São Paulo e a instituição, em 1934, do curso de Geografia e História, trouxeram ao Brasil Pierre Deffontaines, idealizador da Associação dos Geógrafos Brasileiros (A.G.B.), criada também nesse mesmo ano, e outros profissionais da Geografia, tanto para São Paulo como para o Rio de Janeiro, cuja Universidade do Distrito Federal havia sido criada simultaneamente. Esses profissionais formaram muitos geógrafos brasileiros e tiveram influência decisiva nos acontecimentos agebeanos.

Em 1935 apareceu o primeiro número da revista Geografia, editada pela A.G.B. em São Paulo, quando também iniciou suas atividades na USP Pierre Monbeig, autor da obra "Pionniers et Planteurs de São Paulo", marco metodológico importante para a Geografia brasileira e de grande valia para todos os trabalhos posteriores realizados sobre o Oeste do Estado de São Paulo.

Em 1954, quando terminaram a Segunda Guerra Mundial e a ditadura de Getúlio Vargas, a A.G.B. reorganizou-se, criando as seções regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro e implantando a prática, já na Assembléia Geral anual de 1946, realizada em Lorena, de trabalhos de campo em equipe durante a reunião e debates das comunicações apresentadas. Esse é o início da fase de expansão nacional da A.G.B. da qual uma das características foi a participação de estudiosos de áreas afins que se integravam na atividade geográfica.

A partir daí, as seções locais se ampliaram com a criação dos núcleos de Pernambuco e da Bahia (filiais ao Rio de Janeiro) e de Minas Gerais e do Paraná (filiais a São Paulo). Em 1949 surgiu o Boletim Paulista de Geografia e em 1950, o Boletim Carioca de Geografia para confirmar a principal característica desse período, que foi a dinamização e a difusão promovida nas assembleias anuais da A.G.B..

Sob a coordenação editorial de Aroldo de Azevedo, em 1956, foi publicada a importante obra "São Paulo: estudo de Geografia Urbana", em 4 vols., ganhadora do prêmio Jabuti, em 1958 como o "ensaio do ano".

A assembleia realizada em Colatina (1957) tornou-se importante marco para o pensamento geográfico por ser palco dos primeiros sinais de insatisfação e desejo de mudança quanto aos paradigmas até então seguidos, que também apareceram nas reuniões seguintes (Santa Maria, Viçosa, Mossoró e Londrina). Por imposição federal, a USP separou os cursos de Geografia e História.

A partir desse período ampliou-se o número de artigos sobre Geografia e planejamento, tendência que

* Professor Auxiliar de Ensino junto ao Departamento de Geografia Humana e Regional - IPEAPP - UNESP - Pres. Prudente

pode ser associada ao período desenvolvimentista do governo Juscelino. Na Geografia Física, houve a mudança dos estudos "daviseanos" para a abordagem dos processos de esculturação geomorfológica segundo a natureza climática. Outra mudança, que pode ser classificada como de caráter político, foi a realização de um simpósio nessa reunião, atividade inspirada após o Congresso Internacional de Geografia promovido pela União Geográfica Internacional (UGI) realizado no Rio de Janeiro, um ano antes.

Em 1965 foi publicada a obra "Brasil: a terra e o homem", de grande repercussão acadêmica.

O ano de 1968 pode ser considerado como marco divisório em todos os setores da vida brasileira: a edição do AI-5, a criação da SUDAM (1967), a transformação do IBGE em fundação incorporada ao Ministério do Planejamento, os reflexos da movimentação estudantil de Paris e, para a Geografia, a chegada aos meios acadêmicos do país, com mais de dez anos de atraso, dos ecos da "revolução quantitativa". Este último fato seria decisivo para a Geografia brasileira com a introdução das técnicas quantitativas e das preocupações "teoréticas", através das visitas de Gauthier, J.P. Cole e Brian Berry.

A Assembléia Geral de Montes Claros, nesse mesmo ano, mostrou fundamental mudança na maneira de trabalhar nas reuniões, com estudos regionais propondo temas mais específicos.

Essa fase, que termina em 1970, e que pode ser considerada de transição culminou com a reunião realizada em São Paulo, quando a A.G.B. procedeu à reforma de seus estatutos, substituindo assembléias anuais por Encontros Nacionais de Geógrafos bianuais, mas mantendo os Congressos Brasileiros de Geografia, decenais.

Um ano após a criação da Associação de Geografia Teorética (AGETEO), congregando fundamentalmente profissionais de Rio Claro e do IBGE, após o surgimento do Boletim de Geografia Teorética, foi realizado, em 1972, em Presidente Prudente, o I Encontro Nacional de Geógrafos, que foi marcado pela discussão entre os "quantitativistas" e os "tradicionais"

Em 1974 foi realizado o III Congresso Brasileiro de Geografia em Belém com a participação de vários geógrafos estrangeiros, quando já se admitia uma reavaliação metodológica pelos adeptos da Geografia Quantitativa.

Em 1976, ocorreu o II Encontro Nacional de Geógrafos em Belo Horizonte, quando já se manifestava uma certa insatisfação quanto à organização da A.G.B. e, momentaneamente, quanto à forma de admissão de sócios, divididos em categorias diferenciadas, classificada como elitizante por não admitir o acesso mais amplo de estudantes.

Essa insatisfação ganhou força no III Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Fortaleza (1978), com Armen Mamigonian transformando-se em baluarte da defesa de uma democratização geral da associação, encontrando respaldo nos estudantes - maioria numérica sem direito a voto - e em alguns outros profissionais associados à entidade, e conseguindo a participação de todos na discussão e um compromisso do presidente eleito, Marcos Alegre, de modificar os estatutos em futuras reuniões ocorridas em São Paulo. Esse encontro também registrou os inícios de uma nova vertente

nos estudos geográficos, de inspiração dialética ou marxista, que, pode-se dizer, resultou de uma ampliação nas discussões não só metodológicas, mas ideológicas da Geografia, provocadas pelo famoso texto de Yves Lacoste, "A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra", e coincidiu com a volta ao Brasil de Milton Santos, propiciada pela anistia do governo Geisel.

Em 1980, o IV Encontro Nacional de Geógrafos realizado na PUC do Rio de Janeiro foi marcado por certas características importantes: a abertura à presença generalizada de estudantes, inclusive com direito a participar da diretoria da A.G.B., o que afastou muitos profissionais mais antigos da comunidade geográfica e, com eles, o apoio de órgãos oficiais à realização do evento (IBGE, universidades públicas, etc.); uma reviravolta na postura política das pessoas presentes na última reunião da assembléia geral para a constituição da diretoria para o biênio seguinte, excluindo nomes como Milton Santos, Armen Mamigonian e Roberto Lobato Corrêa, que apoiaram a democratização da entidade, e fazendo surgir a liderança de Ruy Moreira.

Nesse ano, saiu finalmente a regulamentação da profissão de geógrafo, que havia sido aprovada em decreto-lei do ano anterior, coroando uma luta assumida pela A.G.B. desde o início dos anos 50 e que ainda não está terminada por causa de impecilhos colocados por algumas seções regionais do CREA quanto ao registro definitivo de geógrafos.

De 1975 até o final da década, a associação também se viu às voltas com a polêmica provocada pela tentativa de implantação dos Estudos Sociais, tendo na USP, mormente Pasquale Petrone e José Bueno Conti, o grande reduto de discussão e de reação a essa proposta.

Se o IV Encontro Nacional de Geógrafos mostrou uma clara tomada de poder pelos sócios mais jovens da entidade, no V Encontro, realizado em Porto Alegre (1982), com a ausência quase completa dos geógrafos mais antigos do Brasil, acrescentou-se a essa tendência uma surda disputa de poder entre direita e esquerda. A diretoria eleita continuou com o sistema de gestão coletiva, iniciada no biênio anterior, de tal forma que, nas reuniões periódicas ou extraordinárias da cúpula diretiva, todos os sócios presentes têm direito a opinião e voto, como representantes de suas seções locais. Em Porto Alegre também divulgou-se a idéia de se formar uma outra associação de geógrafos paralela à A.G.B., que congregaria aqueles descontentes com a atual entidade, e na qual a participação dos estudantes seria de observadores nos conclaves.

Em 1975 foi instalado o Núcleo Local de Presidente Prudente e eleita sua primeira diretoria com a presença de José Ribeiro de Araújo Filho, da USP.

A instalação do núcleo deu-se pouco antes do início da transformação dos institutos isolados de ensino superior públicos de terceiro grau na terceira universidade do estado, a UNESP (Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho") e concomitante à implantação do curso de Estudos Sociais na unidade universitária de Presidente Prudente que passou a chamar-se Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA).

A A.G.B. realizou várias reuniões culturais, das quais algumas de impacto, com a presença de geógrafos

fos estrangeiros, num clima de constantes discussões provocado pelos estudos sociais, pela mudança dos estatutos da A.G.B., pela luta em favor da profissionalização do geógrafo e pela implantação da universidade, que eliminou três cursos do IPEA (Ciências Sociais, Pedagogia e Ciências Físicas e Biológicas), e implantou apenas um (Engenharia Cartográfica).

Em 1980 o núcleo foi transformado em Seção Local, cuja primeira diretoria, respaldada fundamentalmente em Armando Pereira Antonio e Olimpio Beleza Martins, lançou o Caderno Prudentino de Geografia - que já alcança o número 4 - e realizou o I Encontro Regional de Geógrafos, com participação ativa de representantes das seções locais de São Paulo, Rio Claro, Londrina, Maringá e Campo Grande.

A partir desse ano, a seção não deixou de enviar representantes às reuniões da executiva nacional, com parecendo ao Encontro de Porto Alegre com 10% dos trabalhos apresentados pelos associados, e continua elaborando cursos de extensão universitária, a publicação do Caderno, o cadastramento de novos sócios e servindo, enfim, de foro de debates para todos os problemas ligados à ciência geográfica, marcando assim presença cada vez maior e mais sólida no IPEA.

CRONOLOGIA DA SEÇÃO LOCAL DE PRES. PRUDENTE

- 1975 - maio - criação e implantação do núcleo local
- 1976 - outubro - visita de Michel Coquery
- 1978 - junho - posse da segunda diretoria do núcleo
- 1978 - outubro - visita de Milton Santos
- 1979 - maio - visita de Jean-Louis Boudon
- 1979 - agosto - visita de Michel Rochefort, Bernard Bret e Hêlène Lamicq
- 1980 - junho - transformação em Seção Local e posse da primeira diretoria
- 1981 - junho - Lançamento do 1º Caderno Prudentino de Geografia
- 1981 - novembro - Lançamento do Caderno nº 2
- 1982 - março - realização do I Encontro Regional de Geógrafos
- 1982 - junho - posse da segunda diretoria da seção local
- 1982 - julho - lançamento do Caderno nº 3
- 1982 - setembro - visita de Michel Rochefort
- 1983 - abril - lançamento do Caderno nº 4